



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

ALINE LUANA DA SILVA

**EDUCAÇÃO, ESCOLA E FAMÍLIA: ESTUDO EM UMA ESCOLA DE MIRANORTE
– TO**

**Miracema do Tocantins, TO
2022**

Aline Luana da Silva

Educação, Família e Escola: estudo em uma escola de Miranorte-TO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema, para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia. Orientadora: Professora Doutora Layana Giordana Bernardo Lima.

Miracema do Tocantins, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586e Silva, Aline luana da.
Educação, Escola e Família: estudo em uma escola de Miranorte-TO. / Aline luana da Silva. – Miracema, TO, 2022.
45 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2022.
Orientador: Layanna Giordana Bernardo Lima
1. Família. 2. Escola. 3. Integração. 4. Educação Brasileira. I.
Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ALINE LUANA DA SILVA

EDUCAÇÃO, ESCOLA E FAMÍLIA: ESTUDO EM UMA ESCOLA DE
MIRANORTE – TO

Monografia avaliada e apresentada ao Campus
Universitário de Miracema/UFT, curso de
Pedagogia, para obtenção do título de licenciada
em Pedagogia e aprovada em sua forma final pela
Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 15/12/2022

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Layanna Giordana Bernardo Lima, Orientadora - UFT

Prof. Dr. Antonio Miranda de Oliveira – Examinador, UFT

Prof^a. Dr^a Maria Irenilce Rodrigues Barros – Examinadora, UFT

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e por ter me dado forças para enfrentar todas as dificuldades ao longo deste percurso.

À minha mãe Gonçalina Silva e ao meu pai Francisco Carlos (in memoriam) por serem meus exemplos e minha base e por todo apoio e incentivo.

Agradeço aos meus irmãos, Andréia, Airton, Adriano, Adriano e Andreza, por serem os melhores que poderia ter.

Agradeço ao meu namorado por estar sempre ao meu lado me motivando e encorajando.

À minha amiga Romilsa um presente que a Universidade me proporcionou. Obrigada por todas as conversas, por sempre ser disposta a me ajudar nos momentos em que preciso.

Agradeço aos professores Antônio Miranda e Maria Irenilce por terem aceitado fazer parte da banca examinadora.

Agradeço também à minha orientadora, Prof.^a Dr^a Layanna Giordana Bernardo Lima por ter se disponibilizado a me auxiliar e ter contribuído para realização desta pesquisa.

RESUMO

O objeto que norteou essa pesquisa surgiu a partir do interesse de analisar os instrumentos legais que regem a educação brasileira no âmbito da articulação entre escola e família e as ações de integração família/escola desenvolvidas pela escola. Deste modo, percebendo a importância da relação família-escola e da participação da família no ambiente escolar para o desempenho escolar das crianças. A questão central da pesquisa está em buscar respostas a quais ações estão sendo desenvolvidas por uma escola em Miranorte - TO para promover a aproximação da família? Assim, em nossa primeira seção dialogamos acerca dos conceitos de educação e escola, trazendo também um breve histórico sobre o início do processo educacional da educação no Brasil. Em seguida apresentamos o conceito de família e os dispositivos legais para a garantia de seus direitos. Na terceira seção faz-se uma breve caracterização do local de realização da pesquisa, os procedimentos metodológicos, além dos resultados e discussões. Assim, na metodologia foi utilizado o método de pesquisa qualitativo, acompanhada da pesquisa bibliográfica, documental e de campo para refletir sobre a importância e valorização da relação família-escola no processo educacional da criança, como forma de possibilitar o desenvolvimento da criança e de ampliar seu processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Família. Escola. Integração. Educação brasileira.

ABSTRACT

The object that guided this research arose from the interest in analyzing the legal instruments that govern Brazilian education in the scope of the articulation between school and family and the integration actions family/school developed by the school. Thus, realizing the importance of the family-school relationship and the family's participation in the school environment for the children's school performance. The central question of the research is to seek answers to which actions were being developed by a school in Miranorte - TO to promote the family approach? Thus, in our first section we talked about the concepts of education, school and family, also bringing a brief history about the beginning of the educational process of education in Brazil. Next, we present the concept of family and the legal mechanisms to guarantee its rights. In the third section, a brief characterization of the place where the research was carried out, the methodological procedures, in addition to the results and discussions. Thus, in the methodology we resorted to the qualitative research method, accompanied by bibliographic and field research to reflect on the importance and appreciation of the family-school relationship in the educational process of the child, as a way to enable the child's development and to broaden his/her learning process.

Key-words: Family. School. Integration. Brazilian Education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	EDUCAÇÃO, ESCOLA E FAMÍLIA	9
2.1	Relação família e escola.....	17
3	DIREITO, EDUCAÇÃO E ESCOLA	21
3.1	Constituição Federal	21
3.2	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	23
3.3	Plano Nacional de Educação	25
3.4	Base Nacional Comum Curricular	27
3.5	Estatuto da Criança e do Adolescente.....	28
4	PESQUISA DE CAMPO	30
4.1	Contextualização do município de Miranorte (TO)	30
4.2	O Projeto Político Pedagógico	31
4.3	A pesquisa.....	35
4.4	Resultados e discussão	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	42
	APÊNDICE	44

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa partiu da temática escola e família: um estudo em uma escola em Miranorte. Tendo o entendimento da importância da família para o processo educativo da criança e como a escola a envolve em tal processo. Tendo em vista que a família possui uma função importante na construção do sujeito, em razão do seu papel como primeira instituição que a criança participa logo ao nascer.

Percebe-se a importância da relação família-escola no processo de formação social no ambiente e no desenvolvimento e aprendizagem das crianças. O interesse de investigar e compreender como são desenvolvidas essas relações e atividades pedagógicas pela escola em Miranorte mobilizou a leitura de artigos científicos, teses, dissertações, monografias, legislações educacionais e documentos oficiais de orientação pedagógica para a construção do presente texto.

A escolha da temática deu-se pela relevância da discussão tendo em vista que a escola deve ser um espaço de troca de experiências e conhecimento da realidade social das famílias dos alunos que são atendidos. Ademais, o movimento de diálogos com as famílias, traz sentimento de acolhimento pela instituição escolar.

Este trabalho teve como objetivo geral analisar os documentos oficiais da escola e da educação brasileira no âmbito da articulação entre escola e família, os processos pedagógicos e as ações de integração família/escola desenvolvidas pela instituição escolar. E, como objetivos específicos foi estudar a legislação brasileira no que se refere aos direitos sociais e a educação do indivíduo; identificar as ações educativas da escola e família que contribuem para o desenvolvimento da criança, investigar as estratégias da escola para a aproximação da família no contexto escolar. Para isto, foi realizada uma revisão bibliográfica.

O presente trabalho estrutura-se da seguinte forma: a introdução, na segunda seção apresentaremos conceitos sobre educação, escola, traçamos um breve histórico sobre como ocorreu o processo educacional no país e como se deu o início da educação escolar no país. Na terceira seção abordamos o conceito de família, os dispositivos legais para a garantia de direitos, a Constituição Federal e as principais diretrizes curriculares para a educação, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Já na quarta seção é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa teve uma abordagem qualitativa com caráter exploratório de cunho documental, bibliográfico e de campo, para que fosse possível o entendimento do tema

pesquisado, tudo isso através de leituras e análises de importantes documentos e pesquisas relacionadas ao conteúdo que será discutido. o local de realização que foi o município de Miranorte, os participantes da pesquisa que foram professoras regentes da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, além dos resultados e discussões.

2 EDUCAÇÃO, ESCOLA E FAMÍLIA

A educação é um processo de ensinar e aprender que perpassa gerações e ocorre nos mais diversos espaços de relações entre indivíduos. Ela está bastante relacionada à relação professor-aluno. Educação é uma maneira de capacitação para o modo de se viver em sociedade.

Na história do processo educacional brasileiro, fica evidente que todas as mudanças que ocorreram ao longo do tempo foram marcantes e que estas modificações contribuíram para o desenvolvimento do ensino escolar proposto no país.

A educação está estritamente ligada à política. Portanto, as mudanças de cunho político e econômico que ocorrem principalmente no país interferem diretamente na forma e na qualidade de ensino ofertada nas escolas. Conseqüentemente, foram muitas as mudanças que ocorreram, diversas reformas educacionais foram realizadas e leis educacionais foram criadas no decorrer dos anos. Serão destacadas aqui as principais delas.

Em sociedades anteriores o ensino ocorria de forma ampla, era um conhecimento não sistematizado, que era passado de geração para geração entre todos os indivíduos presentes em cada sociedade por meio de trocas de saberes familiares principalmente dos mais velhos para os jovens. Era uma educação que todos ensinam e aprendem. Ali, eram repassados conhecimentos que eram relevantes para a comunidade. Além disso, ocorria através das relações sociais, dos costumes, das crenças, dos valores e da moral. Paro (1998) aponta que

A educação, entendida como a apropriação do saber historicamente produzido é prática social que consiste na própria atualização cultural e histórica do homem. Este, na produção material de sua existência, na construção de sua história, produz conhecimentos, técnicas, valores, comportamentos, atitudes, tudo enfim que configura o saber historicamente produzido. Para que isso não se perca, para que a humanidade não tenha que reinventar tudo a cada nova geração, fato que a condenaria a permanecer na mais primitiva situação, é preciso que o saber esteja sendo permanentemente passado para as gerações subseqüentes. (PARO, 1998, p. 2)

Assim, quando a sociedade foi se formando nas suas contradições a ideia e a necessidade da criação da escola e de uma educação formal, com teorias e métodos preestabelecidos para ensinar. Então, aconteceu a transição da educação que ocorria no ambiente doméstico, para o ensino coletivo.

A escola é uma instituição que deve contribuir para a promoção do desenvolvimento social, cognitivo e cultural dos estudantes. Deste modo, a educação está ligada à aprendizagem de forma sistematizada que ocorre de forma intencional, por meio de conteúdos programados que está preocupada em formar cidadãos conscientes e críticos em relação ao seu papel na sociedade.

Diante disso, Brandão aponta que:

Então é o começo de quando a sociedade separa e aos poucos opõem: *o que faz, o que se sabe com o que se faz e o que se faz com o que se sabe*. Então é quando, entre outras categorias de especialidades sociais, aparecem as de saber e de ensinar a saber. Este é o começo do momento em que a educação vira o ensino, que inventa a pedagogia, reduz a aldeia à escola e transforma "todos" no educador. (BRANDÃO, 2007, p. 27).

Para além disso, a escola deve ser entendida não apenas como um espaço físico. A escola é um lugar de diálogo, de inquietações e de trocas que são feitas por meio das relações sociais. O espaço escolar deve promover possibilidades de compartilhamento de formação política para a cidadania, conhecimento e de saberes culturais.

Assim, entendemos que,

A escola é um espaço de relações. Neste sentido, cada escola é única, fruto de sua história particular, de seu projeto e de seus agentes. Como lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais. Como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção quanto para a transformação social. Numa visão transformadora ela tem um papel essencialmente crítico e criativo. (GADOTTI, 2007, p. 11).

A questão educacional no Brasil teve seu início no Brasil colônia com os jesuítas por volta de 1549, dirigidos pelo Padre Manoel de Nóbrega que propunha instruir e catequizar a população indígena, com a contribuição financeira do Estado Português.

Nota-se que “o plano legal (catequizar e instruir os índios) e o plano real distanciam-se. Os *instruídos* serão descendentes dos colonizadores. Os indígenas serão apenas *catequizados*” (RIBEIRO, 2011, P. 11). Na época, a questão não era intenção dos colonizadores que houvesse a instrução para todos, pois assim os indígenas iriam se tornar mais conscientes de seus direitos. Isto não era interessante para os colonizadores que queriam manter os indígenas sob suas condições.

O plano de ensino adotado no período colonial era baseado no *Ratio Studiorum*, escrito por Inácio de Loiola e que foi elaborado pela igreja. Era bastante

severo e estava estritamente ligado a doutrina e metodologia cristã e que era praticada em todos os colégios jesuíticos, pois todos deveriam manter o mesmo modelo. Neste modelo não havia matérias científicas, a educação era voltada para os estudos literários. Assim, o poder se mantinha na Igreja Católica tanto nos aspectos econômico e político, quanto social.

Os jesuítas defendiam o humanismo, enfatizando estudos relativos às atividades literárias e acadêmicas. Defendiam valores como a autoridade, obediência, fé e tradição, ignorando etapas de aquisição e desenvolvimento do conhecimento científico, tais como métodos de pesquisa, análise e experimentação. (MELO, 2012, p. 14).

Diante disto, os indígenas não se adaptaram a esse ensino que era proposto. Assim diz (Brandão, 2007, p. 11) que “por isso mesmo - e os índios sabiam - a educação do colonizador, que contém o saber de seu modo de vida e ajuda a confirmar a aparente legalidade de seus atos de domínio, na verdade não serve para ser a educação do colonizado.”

Então, estabeleceram uma educação para os indígenas, negros e mestiços, voltada para a educação profissional, pois deveriam trabalhar para atender as demandas da alta sociedade. Desse modo, os homens deveriam aprender a desenvolver algum ofício e às meninas eram ensinadas apenas as boas maneiras, o trabalho em casa e a vida religiosa. Neste período a mulher era bastante invisibilizada, pensava-se que os seus únicos papéis na sociedade eram de mãe e esposa, que deveria cuidar apenas dos afazeres domésticos e dos filhos. Não tendo nenhum direito social.

Isto posto, Paro (1998) aponta que,

Em primeiro lugar, é preciso ter presente que não basta formar para o trabalho, ou para a sobrevivência, como parece entender os que vêem na escola apenas um instrumento para preparar para o mercado de trabalho ou para entrar na universidade [...]. (PARO, 1998, p.2).

Considerando os problemas de oferta educacional no país, poderia ter o acesso à escola apenas os indivíduos da elite. Assim, apenas a camada dirigente era preparada para o trabalho intelectual. Naquela época o ensino era diferenciado e aprofundados relacionados às letras eram repassados apenas para a alta sociedade. Percebe-se, que os colégios dirigidos por jesuítas foram importantes para a instrução da alta sociedade colonial.

Percebe-se que até os dias atuais a educação escolar visa o preparo para mercado de trabalho e passar nas provas, efetivamente não é ofertado um modelo de educação voltado para formar cidadãos independentes conhecedores de seus papéis e direitos na sociedade, mesmo que garantido nas legislações educacionais.

Com o passar do tempo ocorreram diversas mudanças organizacionais na sociedade e as demandas foram sendo alteradas. Principalmente, a criação das indústrias que levou muitas famílias a se mudarem do campo para a cidade. Com essas mudanças, surge a demanda da apreensão de conhecimentos específicos. Assim, para que o indivíduo pudesse participar efetivamente da sociedade era necessária sua inserção na cultura letrada.

Nesta nova conjuntura ficou ainda mais forte a necessidade de um saber científico e sistematizado que ocorre na escola. Então, partiram para um ensino profissional agrícola que apontavam ser essenciais para o desenvolvimento da colônia. Contudo, o ensino informal permanece enraizado na sociedade até a atualidade. Assim, é possível apontar que:

Nesse contexto, a necessidade de disseminar as luzes da razão, tão bem teorizada pelo movimento iluminista, trouxe consigo a necessidade de difundir a instrução indistintamente a todos os membros da sociedade, o que foi traduzido na bandeira da escola pública, gratuita, universal, laica e obrigatória (SAVIANI, 2018, p. 33).

Durante muito tempo a educação escolar foi um privilégio para poucos, visto que nem todos os pais tinham condições de mandar seus filhos para escola, pois as crianças contribuía como força do trabalho para ajudar seus pais a levar o sustento para suas famílias. A sociedade brasileira é formada no princípio de um desenvolvimento desigual com desigualdades sociais, educacionais com a exclusão de uma população miscigenada e marginalizada.

Inicialmente, a educação escolar não era um direito reconhecido para todas as crianças e jovens. Então, os que tinham acesso eram aqueles que seus pais tinham uma boa condição financeira. Isso é fruto de uma sociedade totalmente sedimentada que exclui aqueles de menor renda, que em grande parte eram explorados pela burguesia. Além disso, tinham seus direitos à educação negados, tendo em vista que, em sua maioria, já possuem menos oportunidades dentro da sociedade seja por sua cor, raça, crença. Isto impossibilita qualquer tipo de ascensão dos menos favorecidos e excluídos socialmente.

No período imperial, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal realizou várias mudanças em relação à estrutura educacional do Brasil, onde encaminhou-se para o início de uma instrução pública. Em 1759 Pombal expulsou os jesuítas do território brasileiro. Tendo em vista que os ideais eram divergentes, pois Pombal preocupava-se com os interesses do Estado, já os jesuítas importavam-se com a formação religiosa. Pretendia desvincular o ensino público das perspectivas religiosas.

Do ponto de vista educacional, a orientação adotada foi a de formar o perfeito nobre, agora negociante; simplificar e abreviar os estudos, fazendo com que um maior número se interessasse pelos cursos superiores; propiciar o aprimoramento da língua portuguesa; diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica; torná-los os mais práticos possíveis (RIBEIRO, 2011, p. 20)

Logo após, apresentou a Reforma Pombalina, o ensino foi organizado em três graus, primário, secundário e superior. O ensino primário foi marcado por uma escola que se restringia ao ensino da leitura e da escrita. No ensino secundário que veio como forma de substituição ao ensino jesuítico desenvolvia aulas avulsas, que não eram relacionadas. No ensino superior são instaurados cursos que visam a profissionalização dos estudantes.

Neste período a formação de professores era bastante deficiente, além de que havia muitos atrasos no pagamento destes professores, pois arrecadação de verbas estabelecida pelo Marquês e destinadas para os pagamentos eram bem inferiores ao valor necessário para custear o valor das despesas salariais dos educadores. Posteriormente, as reformas realizadas por Pombal dão lugar para propostas pedagógicas novas sem a ligação com os ideais religiosos. Com a reforma de Leôncio de Carvalho que foi decretada em 1879, foi designado:

1. a liberdade de ensino, concedendo o direito a cada escola de aplicar teorias e métodos que julgassem convenientes para a consecução de seus objetivos;
2. a autonomia do aluno do ensino secundário e superior, deixando a seu critério a escolha do que, como, quando e com quem gostaria de estudar;
3. a dissociação do exercício do magistério dos demais cargos públicos e administrativos, mediante a melhoria da remuneração do professor. Esta última medida demorou a ser implantada, devido ao não cumprimento do Estado em aumentar o valor do salário. (MELO, 2012, p. 34).

Em 1911, foi feito o resgate da influência positivista sobre a educação, visando a liberdade de ensino onde o docente poderia expressar seu ponto de vista e não tivesse a necessidade de seguir métodos preestabelecidos, além da liberdade de

frequência onde os alunos poderiam escolher as disciplinas a serem cursadas e o período.

A Reforma de Benjamin Constant procurava descontinuar o modelo de educação vigente, propondo reformas nos conhecimentos estudados nas escolas, partindo para uma formação apoiada na ciência. Apesar da proposta, o que ocorreu de fato foi apenas a inserção de mais disciplinas no currículo já existente.

Apesar disto, as dificuldades advindas de modelos que estavam fora da realidade e que não conseguiam suprir as necessidades do dia a dia das escolas. Tendo em vista que

A preocupação em aplicar modelos importados, desvinculados das necessidades da sociedade brasileira (teoria dissociada da prática), acentuou o problema do analfabetismo, que em 1920 atingia a 75% da população. Não houve um estudo sistemático da realidade nacional para o planejamento e execução de programas destinados a solucionar este problema. (MELO, 2012, p. 43).

O período das décadas de 1930 a 1960 foi um período marcado por várias reformas educacionais, apesar disso, nenhuma delas conseguiu solucionar a questão do analfabetismo e promover a universalização do ensino fundamental. Neste período também ocorreram mudanças significativas em assuntos políticos como a Revolução de 1930 e o golpe de Estado de 1964.

Em 1930 ocorreram divergências entre trabalhadores progressistas e a elite. Na educação a Igreja Católica buscava manter sua liderança, já os progressistas estavam adotando os princípios da Escola Nova que buscava a mudança do pensamento e das práticas pedagógicas adotadas pelos educadores, para a implantação de metodologias ativas. Neste mesmo período ocorreu um grande aumento na demanda educacional, ocasionado pelo aumento populacional e a urbanização que estava se intensificando.

Logo após a elevação de Getúlio Vargas, é criado o Ministério da Educação da Saúde Pública dirigido por Francisco Campos. A reforma proposta por Campos estabelece que:

O texto da Reforma determinou que o ensino secundário ficasse organizado em dois ciclos: o fundamental, de cinco anos, e o complementar, de dois anos. Dessa forma, o ensino secundário compreendia a escolarização imediatamente posterior aos quatro anos do ensino primário e tinha caráter altamente seletivo. (BITTAR; BITTAR, 2012, p. 158).

Em 1932, são apresentadas as ideias do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que propunha a reconstrução da educação brasileira. O documento relata a importância da educação, bem como os problemas educacionais existentes no período, marcado pela oferta insuficiente de escolas e o baixo desempenho escolar. Deste modo, o Manifesto visava a criação de um plano educacional que fosse contínuo e que pudesse dar conta dos problemas.

Esse período foi marcado pelo conflito de ideias entre a dominação da Igreja Católica que defendia o ensino tradicional como um modelo de ensino que fossem cumpridas as doutrinas católicas, mantendo o sistema educacional que privilegiava a elite, e de outro lado, estavam os professores que apoiavam as ideias novas buscando um ensino laico, gratuito, em consonância com sociedade, além de um ensino igualitário, sem distinção de sexo.

Segundo Saviani (2019)

[...] a Educação Nova assume sua verdadeira feição social, formando “a hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”, construída a partir de todos os grupos sociais, cujos membros seriam contemplados com as mesmas oportunidades educacionais. (SAVIANI, 2019, p. 302).

A Constituição de 1934 traz muitos desacordos e solicitações, entretanto fica estabelecido o ensino gratuito e obrigatório válido também para os adultos, e a liberdade de ensino independente do grau. A União deveria definir um plano Nacional de educação, além de fiscalizar sua efetivação no país. Sendo que, cabe à união, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios no capítulo II, Da Educação e da Cultura, no artigo 149 que:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934, Art. 149).

Apenas em 1961 foi aprovada uma lei voltada exclusivamente para a educação, chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação. E mesmo após uma série de reformas as taxas de analfabetismo no país continuaram altas.

No período da década de 60, onde buscavam-se novas formas, métodos e conteúdos para o ensino, Paulo Freire teve bastante destaque, principalmente pelos bons resultados de seu método de ensino de adultos desenvolvido em Recife, que objetivava alfabetizar adultos em 40 horas e teve grande repercussão. Para

desenvolver seu método de ensino, Freire criou os chamados círculos de cultura onde a aula discursiva daria lugar para os diálogos sobre assuntos presentes no cotidiano dos participantes do grupo.

Freire (1996, p. 12) destaca que para além da escrita, é necessário a leitura do mundo, pois ela antecede a leitura da palavra. “Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível - depois, preciso - trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar”.

Assim, era essencial que os conteúdos e métodos considerassem o universo vocabular de cada grupo, pois ele entendia que para aquelas pessoas que nunca foram à escola era necessário métodos distintos dos padronizados, iniciando com uma palavra geradora a partir dali seriam desenvolvidas as outras etapas do método.

Durante este período foi implantada nas escolas a tendência tecnicista, tendo como fundamentos os princípios de eficiência e produtividade. Com o avanço da industrialização o país precisava de mão de obra qualificada, via então a necessidade de desenvolvimento na educação para a qualificação dos trabalhadores. Assim:

A adoção do modelo econômico associado-dependente, a um tempo consequência e reforço da presença das empresas internacionais, estreitou os laços do Brasil com os Estados Unidos. Com a entrada dessas empresas, importava-se também o modelo organizacional que as presidia. E a demanda de preparação de mão de obra para essas mesmas empresas associada à meta de elevação geral da produtividade do sistema escolar levou à adoção daquele modelo organizacional no campo da educação. Difundiram-se, então, ideias relacionadas à organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo), ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behaviorismo) que, no campo educacional, configuraram uma orientação pedagógica que podemos sintetizar na expressão “pedagogia tecnicista” (SAVIANI, 2019, p. 434).

No início da pedagogia tecnicista houveram muitas publicações relacionadas ao tema da instrução da mão-de-obra. O foco principal da tendência pedagógica era o trabalho e que o aluno fosse produtivo. Não era interessante que o aluno aprendesse a pensar, e se tornasse um sujeito crítico, pois, assim ele não seria mais dominado e submisso ao sistema imposto.

Após o fim da Ditadura Militar, ocorreram discussões em relação ao estabelecimento de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que foi aprovada em 1996. Com ela vieram muitas modificações, mas, ainda assim, a educação de qualidade não é uma realidade no país, já que ela é marcada pela desigualdade econômica e social. A educação escolar sofreu muitas mudanças ao

longo dos anos e todas essas mudanças tornaram o que ela é hoje, apesar de ainda estar longe de ser uma educação igualitária, de qualidade para todos alunos e que garanta uma verdadeira inclusão.

2.1 Relação família e escola

Sabendo da importância da integração entre família e escola, faz-se necessário que a escola propicie a aproximação da família, buscando maneiras para que ela reconheça suas atribuições para promover o bom desempenho da criança em sua vida escola. A família precisa ter consciência de seu papel e o exerça com compromisso e com o intuito de colaborar com o avanço na oferta do ensino de qualidade. Neste sentido, Souza (2009, p. 16) aponta que “o ambiente familiar, bem como suas relações com o aprendizado escolar revela-se um campo pouco explorado, porém muito importante para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.” Todas as pessoas que integram a escola devem ter compreensão de tal importância.

O termo família pode ser entendido como “Grupo de pessoas que partilham ou que já partilharam a mesma casa, normalmente estas pessoas possuem relações entre si de parentesco, de ancestralidade ou de afetividade”. (FAMÍLIA, 2022). E comumente estão relacionadas pelos laços de sangue, pelo matrimônio, como também pela adoção.

Com o passar dos anos houveram muitas mudanças no contexto familiar. Hoje este conceito é amplo e permite concepções distintas do que vem a ser família. Apesar disto, ela permanece sendo considerada o alicerce para educação e desenvolvimento da criança.

A formação tradicional de família formada por pai, mãe e filhos é algo raro na atualidade, tendo em vista todas as transformações ocorridas ao longo do tempo na sociedade, a cada dia a instituição família evidencia novas estruturas. Entretanto, apesar das novas configurações, independentemente de sua formatação ela permanece sendo família.

O conceito de família nos dias atuais tornou-se tema de profundos embates e discussões no tocante às relações humanas. A concepção da dinâmica familiar se relaciona às condições socioeconômicas e culturais em cada momento histórico. Na atualidade presenciamos um modelo de família que, mesmo não correspondendo à realidade objetiva da maioria dos indivíduos, está presente no ideário das relações sociais (DURIGAN; LEAL, 2017, p. 135).

Assim, com a inserção da mulher no ambiente de trabalho, ao longo do tempo ela foi deixando de ser apenas a mãe que ficava em casa para cuidar das crianças e dos afazeres domésticos enquanto o marido trabalhava para trazer o sustento da casa. A figura feminina tornou-se a mulher que trabalha fora e a mãe que procura conciliar o trabalho e os cuidados com a família, tendo assim menos tempo para se dedicar ao acompanhamento das demandas escolares de seus filhos.

Na atualidade, os pais levam uma vida bastante corrida e acabam transferindo para escola o seu papel passando a demandar que a escola ocupe suas funções no que se refere ao processo educativo que apenas eles podem ocupar, tendo em vista que o apoio da família é essencial para as crianças.

Além disso, compreende-se que o ambiente familiar é a base para formação dos indivíduos nos aspectos afetivo, físico e psicológico. Ela possui um caráter essencial na vida da criança, por exercer um papel determinante na formação humana de seus membros.

Atualmente, tem-se observado famílias com novas formatações e conseqüentemente novos comportamentos referente aos espaços familiares. Além de famílias desestruturadas e crianças desassistidas em seu processo educacional, o que tende a comprometer a aprendizagem da criança.

Assim, as modificações ocorridas ao longo do tempo em relação à participação familiar na vida escolar das crianças refletem e interferem negativamente no desenvolvimento de crianças que acabam não tendo o apoio dos pais no processo escolar. Pois as crianças, na sua grande maioria, precisam da família para sentirem-se seguras e motivadas.

Apesar das alterações da composição familiar, seja na função social de filiação, em sua organização, nos integrantes, mesmo com mudanças em suas atividades, a família permanece sendo presente durante todos os ciclos da vida do indivíduo.

Gadotti (2007) aponta para a importância da participação da família na vida escolar das crianças, pois quando pais ou demais responsáveis participam da trajetória escolar da criança ampliam as possibilidades dela aprender.

Tendo em vista que:

A primeira comunidade de aprendizagem a que pertencemos é a família, o grupo social da infância. Daí a importância desse condicionante no desenvolvimento futuro da criança. A escola, como segunda comunidade de aprendizagem da criança, precisa levar em conta a comunidade não-escolar dos aprendentes. (GADOTTI, 2007, p. 12).

A participação na escola por parte da família deve ocorrer continuamente e não apenas bimestralmente em reuniões para entregas de boletins. É importante que a família tenha interesse no processo pedagógico desenvolvido na escola, se a metodologia utilizada está de fato contribuindo para o crescimento educacional e social da criança. E é indispensável que a escola esteja sempre pronta para sanar as dúvidas dos pais.

A aprendizagem da criança ocorre a partir de um processo de obtenção de conhecimentos, valores, comportamentos e organização de informações. Tudo isso ocorre inicialmente no âmbito familiar de maneira informal, partindo do ambiente de convivência e das relações sociais. Desta forma, a personalidade, as concepções e os princípios do homem não são inatos, são construídos a partir da comunidade com a qual se relaciona. E os exemplos a serem seguidos partem dali.

Assim, na família o indivíduo internaliza a capacidade de sociabilidade desde a sua tenra idade e suas inter-relações no contexto familiar continuam culturalmente a se fazer presentes em todas as fases de sua vida, mesmo modificando-se a dinâmica, os arranjos, os membros e os papéis sociais de filiação e parentesco ao longo do tempo. (DURIGAN; LEAL, 2017, p. 139).

Portanto, o conhecimento que é constituído dentro do vínculo familiar e desenvolvido na escola transforma-se em uma aprendizagem relevante para a formação da criança. Assim a família desempenha o papel de mediadora do conhecimento e do indivíduo com a sociedade.

Sobre a escola Gadotti afirma que

A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população (GADOTTI, 2007, p.12).

Por isso, a articulação entre pais ou responsáveis e escola deve ocorrer de forma contínua. Tendo em vista que a família dá os primeiros encaminhamentos para a criança e a escola acrescentar os novos aprendizados que devem ser adquiridos de forma organizada e direcionada dentro da metodologia de ensino ofertada por ela. Além disso, devem estar bem definidas as funções que competem aos pais e aos professores, pois as divergências no que diz respeito ao papel de cada um pode

prejudicar o desempenho escolar da criança. Em relação, a isso Paro (1998) aponta que,

Todavia, é muito escasso o conhecimento a esse respeito, quer entre os que lidam com a educação em nossas escolas (que pouca reflexão têm desenvolvido a respeito da verdadeira utilidade do serviço que têm prestado às famílias e à sociedade), quer entre os próprios usuários e contribuintes (que têm demonstrado pouca ou nenhuma consciência a respeito daquilo que devem exigir da escola). (PARO, 1998, p 5).

A escola pode ser responsável por iniciar a integração entre as instituições, para que a partir dali possam compreender seus papéis, suas responsabilidades, para que juntas busquem o sucesso educacional dos estudantes. Contudo, não necessariamente deve ser a única, pois os pais e a escola têm objetivos comuns. Então para que isso aconteça é necessária a ação da instituição família.

A escola não tem que desconsiderar a importância da família, pois ela é indispensável para a formação dos sujeitos, a sua capacidade de aprendizado durante seu desenvolvimento é continuamente mediada pelo outro. E o papel do adulto é imprescindível. Por isso, sem essa mediação e sem as relações sociais não é possível que o desenvolvimento ocorra.

Os indivíduos em toda sua vida são influenciados por diversos aspectos, sejam eles sociais, econômicos ou culturais. Diante disso, Freire (1996) aponta que

[...] em primeiro lugar, o que me deixa suspeito, no mínimo, de que não é possível à escola, se, na verdade, engajada na formação de educandos educadores, alhear-se das condições sociais culturais, econômicas de seus alunos, de suas famílias, de seus vizinhos. (FREIRE, 1996 p.26)

Ressaltando que a escola não é apenas um espaço físico, e que não se resume na transmissão de conhecimento, mas em um espaço de relações, de trocas de aprendizado, de desenvolvimento pessoal e social. Além disso, é um lugar de formação de sujeitos interessados na construção de uma sociedade justa, visando a promover uma transformação social. E isso será possível se estiverem, pais ou responsáveis, pedagogos, gestores e toda a comunidade escolar empenhados e envolvidos no processo educacional, tanto no interior da quanto fora dela.

No texto a seguir, trazemos reflexões acerca dos principais dispositivos legais que tratam do direito educacional, bem como direitos e deveres da escola e da família para com a educação das crianças e adolescentes.

3 DIREITO, EDUCAÇÃO E ESCOLA

Todas as crianças e adolescentes residentes em território nacional têm o direito ao acesso à educação como direito fundamental conforme a Constituição Federal vigente no país e é responsabilidade das instituições família, escola e Estado garantir esse direito. Desta maneira, foram instituídas leis que tratam de sua garantia, qualidade e a oferta nas escolas.

Em vista disso, apresenta -se nesta seção a identificação e elucidação dos principais dispositivos legais que versam sobre a garantia de direitos educacionais, que tratam da educação básica e regem o sistema educacional brasileiro. Trataremos sobre a Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

3.1 Constituição Federal

A legislação é entendida como ato de legislar, de fazer leis. Assim, a legislação educacional diz respeito ao conjunto de leis que regem a educação nacional, formada por dois tipos, uma reguladora e outra regulamentadora. Ao longo dos anos foram criadas leis que visam garantir os direitos de todos os brasileiros, dentre elas estão a Constituição Federal, e para garantir o direito à educação, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A Constituição Federal de 1988 é a lei suprema do país, nela contém as diretrizes, condutas e regras que orientam toda a sociedade, um de seus intuitos é assegurar os direitos sociais aos indivíduos, ela foi um marco em relação ao reconhecimento dos direitos humanos.

Para Santos (2019)

A Constituição Brasileira, elaborada logo após o período ditatorial, portanto, foi a expressão dos anseios de liberdade e democracia de todo o povo; foi também o instrumento legítimo de consagração, com força jurídica, das aspirações por justiça social e proteção da dignidade humana de grande parte da população brasileira, vítima tradicional de uma ordem injusta que a condenava à exclusão e à marginalidade. Pode-se afirmar que a Constituição é o elo que fecha e articula essa transição entre o período ditatorial e a nova etapa de construção democrática, e institucionaliza as relações a partir do ponto de vista dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana. (SANTOS, 2019, p. 7).

Com a nova formatação da sociedade que ocorreu através da construção da democracia, a educação passou a ter também seu destaque na sociedade. Tendo em vista a nova etapa que a sociedade estava passando, pois estava saindo de um longo período de ditadura e passando para uma democracia. A educação faz-se importante por ser uma forma de autonomia para o cidadão e um instrumento eficaz para amenizar as desigualdades sociais e contribuir para a transformação do mundo.

Na Constituição atual, a educação é abordada em todo um capítulo por toda sua importância para a população. Nela foram instaurados os preceitos para uma gestão democrática e tudo aquilo que deve ser executado nas escolas pelo país. Em seu texto no Artigo 3º são apresentados os principais objetivos pelos quais ela foi elaborada. São eles

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988)

Apesar da Constituição Federal Brasileira objetivar a diminuição das desigualdades sociais ela ainda está muito presente na sociedade brasileira atual. Tendo em vista que ela é um reflexo das desigualdades que perduram desde o Brasil Colônia.

A Constituição Federal entende a educação como direito de todos e sua oferta é obrigatória, sendo incumbência do estado e da família possibilitar o acesso a ela. Portanto a escola deve promover ações que viabilizem a participação da família no ambiente escolar e a família precisa estar disposta a acompanhar e se envolver no processo de desenvolvimento da criança.

É no convívio com a família que a criança entra em contato com a primeira forma de educação, onde são adquiridos valores, normas e crenças, provenientes de seu contexto familiar; é no seio familiar que a criança tem a oportunidade de se desenvolver e socializar-se. Diante disto, a Constituição Federal estabelece que,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Apesar disso, é perceptível que na conjuntura atual do país, especialmente no que se refere à garantia de uma educação de qualidade, é um direito fundamental do cidadão que se encontra apenas na teoria.

É estabelecido em lei que a família deve colaborar para garantir tais direitos, muitos pais fazem apenas sua principal obrigação que é a de realizar a matrícula de seu filho na escola. No entanto, acabam não sendo presentes no dia a dia escolar de seus filhos, deixando nas mãos da escola não apenas o papel de formar, mas de cuidar e educar, ocasionando uma sobrecarga na instituição escolar que impacta diretamente no seu bom funcionamento.

Deste modo, é necessário que concomitantemente com a família esteja a escola, pois ela possui relevância no que diz respeito ao desenvolvimento das crianças no aspecto da criatividade e em sua criticidade.

A escola é um espaço de formação e de promoção de relações interpessoais dos indivíduos. Assim, de acordo com a Constituição Federal (Brasil, 1988), § 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

3.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi promulgada em 1961. Ocorreu a promulgação da segunda LDB, que aconteceu em 20 de dezembro de 1996 pela Lei nº 9.394. Antes da aprovação da LDB atual o sistema de ensino brasileiro era formado por apenas duas categorias de educação, uma federal e uma estadual. Elas deveriam cumprir as normas estabelecidas pelo sistema federal. E tinham que estar associadas ao mundo do trabalho e à prática social.

Neste contexto é imprescindível analisar que tipo de educação é ofertada pelo Estado e as condições em que estão sendo. Pois, a quantidade de alunos atendidos não garante um ensino de qualidade.

Paro (1998) argumenta que:

É preciso perguntar se escola não seria mais do que um local para onde afluem crianças e jovens carentes de saber, que são acomodados em edifícios com condições precárias de funcionamento (com falta de material de toda ordem, com salas numerosas, que agridem um mínimo de bom senso pedagógico) e são atendidos por funcionários e professores com salários

cada vez mais aviltados (que mal lhes permitem sobreviver, quanto mais exercer com competência suas funções). (PARO, 1998, p. 2)

Foi um longo processo na busca pela formalização da educação escolar. Neste processo os entes federativos passaram a se articular com o Estado a fim de realizar uma descentralização de poder, assim ocorre uma redistribuição das atribuições de cada instituição.

A LDB é uma importante lei no que se diz respeito à educação nacional. Nela ficam definidos as diretrizes e bases da educação brasileira desde o ensino básico ao superior. A Lei contribui para aumentar e melhorar a oferta educacional. Ela apresenta também em seu texto embasado pela Constituição Federal como um de seus preceitos a gestão democrática.

Antes da LDB ser instituída pensava-se que educação era unicamente o ensino regular. A LDB traz em suas diretrizes concepções e práticas realizadas pela sociedade. Assim, o debate sobre a educação é ampliado e passam a ser reconhecidas outras maneiras de educação, tendo em vista que ela também ocorre em outros ambientes.

Neste contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) no que diz respeito à educação, destaca que,

Art. 1o A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, p. 7).

A LDB vem a ser um instrumento para orientação da oferta da educação que deve ser feita pelo Estado com contribuição da comunidade, pais e responsáveis, nos diferentes espaços de convivência da criança.

O Artigo 2º da LDB apresenta a finalidade da educação, “A educação dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 2017, p. 7).

Assim, é dever da família e do estado contribuir com a educação das crianças. Como também são apresentados princípios e os fins que se quer alcançar com a educação, de onde precisamos partir e onde se pretende chegar.

Já o Artigo 6º da LDB determina que “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade”

(BRASIL, 2017). Nesse contexto fica determinado uma relação entre pais e escola, tendo em vista a obrigatoriedade da matrícula e frequência das crianças na instituição educacional. Pelo menos durante os treze anos do período escolar obrigatórios as duas instituições necessitam ter uma relação.

As mudanças no processo educacional trazidas pela LDB foram importantes para a evolução da educação, por terem sido bastante influenciadas por educadores que tinham pensamentos e ideias de renovação das propostas educacionais.

3.3 Plano Nacional de Educação

A ideia da criação do Plano Nacional de Educação surgiu em 1932 a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação que foi iniciado por um grupo de educadores e liderado pela elite intelectual brasileira, que indicavam novas diretrizes educacionais, tendo como base um plano nacional que estivesse descritos os objetivos da educação no país, sendo apenas a partir dali a possibilidade de uma educação que resolveria os problemas existentes na educação com o intuito de promover uma educação igualitária e de qualidade.

Em decorrência destas sugestões, a ideia de que deveria haver um plano o assunto tornou-se presente em todas as constituições. Na Constituição de 1934 fica atribuída à União no artigo 152 a atribuição da criação de um Plano Nacional de Educação, comandar e fiscalizar o seu cumprimento em todo o país. Ficou a cargo do Conselho Nacional de Educação orientado pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema a criação do plano. Porém, não entrou em vigor.

Saviani (2018) salienta que, “[...] a ideia do Plano só foi retomada no texto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 20 de dezembro de 1961 (SAVIANI, p. 73)”. A criação do Plano Nacional de Educação (PNE) ocorreu depois de diversos diálogos que ocorreram nas Conferências Nacionais de Educação (CONAE) que teve a participação de educadores, estudantes, pais e diversos representantes da comunidade em geral.

Depois de anos da apresentação da primeira proposta, uma nova proposta foi apresentada pelo Ministério da Educação. Vindo assim a ser instituída apenas em 9 de janeiro de 2001, pela Lei número 10.172. Contudo, aparecia apenas como metas de caráter qualitativas e quantitativas que deveriam ser cumpridas dentro de um prazo de dez anos. Deste modo, o primeiro Plano Nacional de Educação correspondia ao

período de 2001 a 2010. Resultado de diversas discussões ocorridas entre o governo e a sociedade civil, terminou na criação do documento que objetivava nortear a educação da creche à educação superior, percorrendo parâmetros de valorização dos professores.

Desde a sua criação houveram inúmeras modificações em seu texto, alterando a definição original de algumas propostas, acrescentando novas, de acordo como os interesses de conservadores e instituições que objetivam exercer influência na sociedade.

Em sua totalidade, o PNE apresenta 295 metas que são divididas em onze campos distintos. Dentre eles estão: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação superior, educação de jovens e adultos, educação a distância e tecnologia educacional, educação tecnológica e formação profissional, educação especial, educação indígena, magistério da educação básica, e financiamento e gestão.

O Plano Nacional de Educação tem como objetivo,

O objetivo de um plano nacional de educação é sempre prover educação de qualidade para todos os cidadãos. Se, atentos a isso, fizermos uma leitura do PNE 2014, fica evidente que sua estruturação segue exatamente essa máxima, que se encontra plasmada na organização de suas vinte metas. Elas sistematizam um conjunto de fatores considerados importantes para a oferta de uma educação de qualidade no país, além de estabelecerem patamares desejados de atendimento à população, tendo em vista o período de vigência do plano. (CODES et al., 2017)

O PNE faz menção à família em diversos pontos de seu texto, no meio delas salienta-se a meta 19 que trata da efetivação da gestão democrática dentro das escolas. Assim sendo, deve-se:

19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares. (PNE, 2015)

A criação do PNE foi um ponto importante em relação a políticas públicas que visam a oferta de um ensino público de qualidade em todos os níveis de educação, na inserção de conselhos escolares que tratam da participação de todos da comunidade escolar, bem como em relação às questões pedagógicas.

3.4 Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de cunho normativo que apresenta o conjunto das aprendizagens fundamentais que devem ser garantidas na esfera municipal, estadual e federal, visando equiparar os conhecimentos em todo o país. As aprendizagens fundamentais devem ser garantidas durante todas as fases da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). De acordo com o que está previsto no PNE. Seu objetivo é alinhar toda a educação do país ao mesmo nível.

Conforme Saviani (2019)

A noção de uma base comum nacional emergiu como uma ideia-força do movimento pela reformulação dos cursos de formação de educadores. Esse movimento começou a se articular no final dos anos de 1970, materializando-se na I Conferência Brasileira de Educação realizada em São Paulo nos dias 31 de março, 1º e 2 de abril de 1980, ocasião em que foi criado o “Comitê Pró Participação na Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura” que se transformou, em 1983, na Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores” (CONARCFE). (SAVIANI, 2019, p.73)

Apesar disso, foi apenas em 2017 que a última versão da BNCC foi apresentada. Com a incumbência de regular o funcionamento da educação no país, mantendo todas as instituições escolares em um padrão que é cobrado nas avaliações. Portanto os educadores devem realizar seu trabalho tendo o documento como base orientadora.

A BNCC tem como finalidade assegurar aos estudantes os seus direitos. Além disso, serve como parâmetro para construção do currículo e das propostas pedagógicas das instituições de ensino, tanto públicas como particulares.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental. (BRASIL, 2018, p.8).

No texto da BNCC são estabelecidas dez competências gerais que reúnem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Tendo em vista que o ensino escolar deve ser pautado em atitudes que favoreçam a promoção de uma sociedade mais justa.

Em vista disso, o que se percebe é que as competências estabelecidas pela BNCC podem deixar o ensino mecânico, deixando de lado o principal objetivo da educação que é o desenvolvimento pessoal e a formação crítica do indivíduo a partir de sua realidade e de seu convívio.

3.5 Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente faz parte de políticas de assistência às crianças e aos adolescentes que foi criado no ano de 1990, e tornou-se referência se tratando de leis que tratam de questões relacionadas aos direitos destes cidadãos. Deste modo, as crianças e adolescente passam a ser entendidos como sujeitos de direitos, que merecem ser respeitados é o que discute o ECA na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, no Art. 4º onde diz que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

O ECA é uma norma de abrangência nacional que trata da proteção total à criança e ao adolescente. Sendo eles sujeitos de direitos fundamentais e individuais, viu-se a necessidade da criação do estatuto a partir do momento em que se constatou que as crianças não estavam sendo assistidas da melhor forma como garante a Constituição Federal. Deste modo é a principal referência no que se diz respeito à regulação dos direitos das crianças e adolescentes do país.

O ECA é composto por duas partes. Sua primeira parte chamada parte geral e a segunda parte II intitulada parte especial. Ele tem como embasamento o artigo 227 da Constituição Federal. As crianças e Adolescentes são sujeitos de direitos e a garantia desses direitos devem ser assegurados pela família, pelo Estado e pela sociedade.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 1990)

São consideradas crianças, os seres humanos na fase que vai do seu nascimento até a puberdade. Assim, são entendidos como crianças os indivíduos até os seus 12 anos de idade. De acordo com o ECA podem ser considerados como adolescentes aqueles indivíduos na faixa etária de 12 aos 18 anos de idade.

Em vista disso, tanto escola quanto família necessitam se unir em prol da educação das crianças. E ativos em tudo o que se refere aos seus filhos tendo em vista que os pais podem responder por abandono material e intelectual de seus filhos.

O ECA apresenta ainda em seu Art. 53, Parágrafo Único, apresenta que “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar das propostas educacionais”.

A seguir apresenta-se a caracterização do local da realização da pesquisa, a análise do Projeto Político Pedagógico de uma escola do município de Miranorte-TO, o método de pesquisa utilizado e os resultados e discussão.

4 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa pretendeu investigar e compreender quais ações estavam sendo desenvolvidas pela escola em Miranorte para promover a aproximação da família. Pois “[...] o papel que a escola possui na construção dessa parceria é fundamental, devendo considerar a necessidade da família, levando-as a vivenciar situações que lhes possibilitem se sentirem participantes ativos nessa parceria”. (Sousa, 2009, p. 6).

Conforme Gil (2002) pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como finalidade obter respostas aos problemas apresentados. Assim, uma pesquisa ocorre a partir de um problema que será pesquisado com o objetivo de obter respostas a respeito do problema.

A metodologia utilizada na pesquisa teve uma abordagem qualitativa com caráter exploratório de cunho documental, bibliográfico e de campo, para que fosse possível o entendimento do tema pesquisado, tudo isso através de leituras e análises de importantes documentos e pesquisas relacionadas ao conteúdo que será discutido.

A presente seção apresentará o local no qual foi realizada a pesquisa, uma análise do Projeto Político Pedagógico da instituição escolhida para pesquisa, os recursos metodológicos utilizados em sua elaboração, participantes do estudo, como também elementos que colaboram para a pesquisa.

4.1 Contextualização do município de Miranorte (TO)

O município de Miranorte-TO está situado às margens da BR 153. Teve seu início com a fazenda Sucupira. Mas, foi com a criação da rodovia Belém-Brasília que passou a ser ocupada. O loteamento que deu início a fundação do município foi idealizado por Antônio Pereira de Sousa. Seu nome foi criado em homenagem ao município de Miracema no qual na época era subordinado. Sua fundação ocorreu em 08 de novembro de 1963. E seus dois fundadores foram João Lima e Antônio Alexandrino Ribeiro.

Sua área territorial conta com 1.033,301 km². Seu bioma é cerrado e Amazônia. Atualmente o município de Miranorte possui cerca de 13.363 mil habitantes considerando a consulta realizada no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

De acordo, com os dados levantados pela Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) sobre o cenário educacional do município, salienta-se que no ano de 2015 o município de Miranorte possuía um total de 3.356 alunos matriculados, dentre eles 1.508 estavam matriculados em escolas municipais. Estavam divididos entre: crianças, jovens e adultos. Na pesquisa foram considerados todos os tipos de ensino: creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional, educação de jovens e adultos e educação especial.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), do município em 2015, era de 4,6 nos anos iniciais do ensino fundamental do 1º ao 5º ano. Neste ano a nota subiu para 5,3. Apesar de ter tido um aumento no decorrer dos anos, ainda está abaixo da média nacional prevista para este ano que é 6,0. A taxa de alfabetização de pessoas com 10 anos de idade ou mais a média tinha um total de 87,6%. A taxa de aprovação dos alunos na área urbana foi de 93,7%, já na área rural foi 98,5%. Dessa forma, o município por meio das escolas necessita ainda de estratégias para elevar o IDEB para cada vez mais aproximar-se da média nacional.

4.2 O Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola é o documento que rege as ações a serem desenvolvidas no ambiente escolar nos âmbitos político, pedagógico, organizacional e da administração escolar. Sendo estabelecido em 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que todas as instituições escolares devem possuir um PPP. Buscando, desta forma obter bons resultados nas atividades educativas, favorecendo o avanço dos alunos. Assim, o PPP deveria ser elaborado por cada escola.

Isto posto, Souza destaca que

Ele é um instrumento dinâmico que reflete as iniciativas que a Unidade Escolar pretende desenvolver. Todas as reflexões, finalidades, objetivos, metas, procedimentos metodológicos e formas de avaliação são descritos nesse documento e, por isso, ele pode ser considerado um norteador das ações educativas desenvolvidas na escola. (SOUZA, 2009, p. 15).

Diante disto, é importante conceituar para compreender o que vem a ser um projeto político pedagógico da escola. A palavra projeto vem do latim *projectum* que

significa “algo lançado à frente”. O projeto é um planejamento feito quando há a necessidade de realizar alguma coisa.

O projeto é uma representação ou esboço escrito com o detalhamento dos elementos presentes no que se deseja produzir no futuro, por isso necessitam de um planejamento prévio. Deste modo, Santos (2013, p. 14) aponta que “o planejamento sempre foi um instrumento importante para o ser humano, em qualquer setor da vida em sociedade: na empresa, em casa, no governo e também na escola”.

O termo "político" refere-se ao governo de estado; aos direitos políticos dos cidadãos pertencentes a uma sociedade. E a escola e a educação fazem parte de uma ação política. Deste modo, a escola é um instrumento que visa a emancipação dos indivíduos que atuam na sociedade.

É também pedagógico por estar relacionado à pedagogia, aquilo que está direcionado ao processo educativo. É pedagógico por estabelecer os atos educacionais. Contempla também o estudo das dificuldades relacionadas com a evolução da aprendizagem dos estudantes, bem como definir as práticas e métodos de ensino desenvolvidos para formação integral de sujeitos críticos e participativos na sociedade.

Amarante (2014) dá as seguintes explicações no que se refere ao PPP:

As palavras que compõem o nome do documento ajudam a esclarecer o significado: é Projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo; é Político por considerar a escola como espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela deve seguir e é Pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. (AMARANTE, 2014, p. 10)

É no Projeto Político Pedagógico que devem ser apresentados os objetivos da instituição no que tange a melhoria educacional, os planos que deverão ser realizados à frente, bem como as ações que serão desenvolvidas como forma de obtenção destes objetivos e planos. Ele é um material que servirá como um norte que orientará as ações da escola. Estas ações devem ter como principal foco os seus alunos.

Foi a partir da criação da LDB 9.394/96 que a gestão democrática passou a ser estipulada para as unidades públicas de ensino de modo que ela seja de fato praticada por uma sociedade atuante, que venha a contribuir com a formação dos estudantes.

Neste contexto, a escola deve se perguntar qual o seu papel na sociedade, qual sua intenção no que diz respeito a ação educativa e quais ações estão sendo

realizadas para que seu papel seja cumprido. De acordo com a LDB 9.394/96 no art. 12 § I as instituições de ensino deverão “elaborar e executar sua proposta pedagógica”.

O processo de planejamento do PPP deve contar com a participação de toda comunidade escolar, a parte administrativa, pedagógica, os pais, além dos outros membros da comunidade. Deve ser um processo coletivo que visa a melhoria daquilo que está sendo ofertado. Relacionando teoria e prática. Além disso, busca a autonomia da escola, contribuindo para uma gestão democrática.

Freire (1985 p. 20) diz que “[...] o ponto de partida de um projeto político-pedagógico, tem de estar exatamente nos níveis de aspiração, nos níveis de sonho, nos níveis de compreensão da realidade e nas formas de ação e de luta dos grupos populares”. Tendo consciência que a educação parte de modelos estabelecidos com base nos interesses de uma classe. Assim, existe a necessidade de propor um projeto político a começar com a compreensão que o povo possui e assim responder a sua demanda.

O PPP a ser analisado é de uma escola em Miranorte. A escola em questão foi fundada em 1974. Teve seu início com apenas duas salas. Atualmente a escola funciona em período integral das 7h às 15h15m. A escola atende turmas de pré I e pré II, além do 1º ao 5º ano com um total de 8 turmas. O público da escola é principalmente de baixa renda. Assim, existem muitos desafios.

No PPP estudado são apresentados tópicos importantes para estruturação do PPP. São eles: um breve histórico da unidade, a identificação da unidade de ensino, a função da escola, programa na escola, alguns princípios filosóficos, projeto político pedagógico, equipe diretiva, secretaria escolar, corpo docente, cronograma, objetivo da escola, aspectos humanos, aspectos físicos, organização administrativa e organização pedagógica.

Em vista disso, no PPP é proposto um plano de ação que deverá ser desenvolvido na escola. Nele está o objetivo de ofertar à comunidade escolar uma educação de qualidade que possa ser uma fonte para formação de cidadãos críticos, promover a alteração da realidade social, bem como procurar determinar as distinções entre as atribuições escolares específicas e as estabelecidas em conjunto com as famílias em relação a melhor forma de progredir no processo de educação escolar.

Salienta-se ainda que é necessário determinar a incumbência de cada órgão para que juntas possam colaborar com o processo de formação do indivíduo. Deste

modo, destaca-se pontos como: a gestão democrática, essencial para tomada de decisões, a dimensão da avaliação, tendo em vista que a avaliação deve ser avaliada não apenas o desempenho dos alunos, mas também o da escola como um todo.

A dimensão da prática pedagógica, entende-se que o desenvolvimento do aluno ocorre com base na atuação do professor das atividades pedagógicas e a didática que motive o aluno. Deste modo, as ações do professor são acompanhadas para que haja uma educação de qualidade e de acordo com o proposto no PPP da escola.

Na dimensão acesso permanência e sucesso na escola é abordado que o direito ao acesso à escola pelo aluno é garantido, porém é necessário também garantir a permanência deste aluno na escola utilizando-se de programas que visam o combate à evasão escolar e se necessário acionado também o Conselho Tutelar.

Já na dimensão do ambiente educativo deve-se compreender que a escola é também um espaço em que deve haver valores como o respeito ao próximo, às diferenças de cada indivíduo, a solidariedade, precisam ser reforçados na escola.

São apresentados os objetivos da escola ofertar uma educação de qualidade à população, visando a capacitação para o desempenho da cidadania; possibilitar aos educandos condições para o desenvolvimento de suas capacidades; propor também um ensino interdisciplinar respeitando o processo de aprendizagem de cada aluno buscando a participação de todos os envolvidos no processo.

Além disso, propõe definir diferenças entre as atribuições inerentes à escola e as atribuições estabelecidas entre escola e família. Bem como, definir as atribuições da família, fazendo com que cada instituição desempenhe seu papel de forma satisfatória para que juntas possam contribuir com a formação do aluno.

Compreende-se a importância da integração entre família e escola. Deste modo, pensa-se que um ponto importante para esta relação é a criação de projetos que envolvam a família. Buscar aproximar a família do ambiente escolar, tendo em vista que é significativo para vida das crianças.

Conforme Amaral e Breda (2013 p. 16663) “É dever da escola a criação de estratégias para proporcionar a integração entre a família e a escola, assim como tentar buscar uma aproximação com cada família, de informar como cada criança está se saindo na escola”.

Dessa maneira, buscou-se com a realização da pesquisa verificar se a escola desenvolve ações para aproximação dos pais e quais seriam.

4.3 A pesquisa

Na pesquisa realizada foi escolhido o questionário como instrumento para coleta de dados. Optou-se pela utilização do questionário com perguntas abertas e fechadas que permite ao participante discorrer melhor sobre os tópicos tratados nas questões.

De acordo com Severino questionário é um:

[...] conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos. As questões devem ser objetivas, de modo a suscitar respostas igualmente objetivas, evitando provocar dúvidas, ambiguidades e respostas lacônicas. Podem ser questões fechadas ou questões abertas. No primeiro caso, as respostas serão escolhidas dentre as opções predefinidas pelo pesquisador; no segundo, o sujeito pode elaborar as respostas, com suas próprias palavras, a partir da elaboração pessoal. (SEVERINO, 2007, p.125).

A pesquisa foi realizada com 8 professoras da escola, educadoras do pré I ao 5º ano e a coordenadora da escola. Foram aplicados os questionários para os professores da escola, ela foi iniciada no momento seguinte à apresentação de um ofício, solicitando à gestora a autorização para que o questionário fosse realizado no âmbito escolar. Ao todo foram entregues 9 questionários, 8 para professoras e 1 para a coordenadora escolar. Dentre eles, foi obtido retorno de 8 questionários. Para preservar a identidade das participantes da pesquisa, elas serão nomeadas durante o texto como: professora 1, professora 2, professora 3, professora 4, professora 5, professora 6, professora 7 e coordenadora.

4.4 Resultados e discussão

Aqui serão apresentados os resultados do questionário realizado com os professores, bem como reflexões partindo das respostas dadas, tendo como embasamento as leituras realizadas.

Dentre todas as professoras pesquisadas 5 consideram importante a participação dos pais na escola, exceto a professora 1 que diz “não considerar importante tal participação”. É importante perceber que a escola necessita de outras instituições, pois ela não é uma instituição isolada das demais, por isso para ter êxito

em seu principal objetivo que é a melhoria no desempenho escolar da criança, ela precisa de apoio e nada melhor que a família para assumir esse papel de parceria com a escola. Sendo a família a base na criação de relações das ações humanas.

Neste sentido, Souza (2009, p. 17) indica que “por isso faz-se necessário a relação família/escola. A escola é para a sociedade uma extensão da família, porque é através dela que a sociedade consegue influência para desenvolver e formar cidadãos críticos e conscientes”

Quando perguntados se os pais participam das reuniões de pais, 6 dos entrevistados responderam que “sim”. Apenas as professoras 3 e 7 responderam que não. Apesar disso, diversos pais comparecem à escola apenas quando são solicitados, outros nem isso fazem, ficam alheios à educação de seus filhos deixando toda responsabilidade para com a criança nas mãos da equipe escolar. Devido a vida corrida e obrigações do dia a dia, muitos pais não têm tempo para acompanhar de perto a vida escolar de seu filho e como está ocorrendo o processo educacional no âmbito escolar. Portanto, a escola deve planejar com antecedência as reuniões e realiza-las em horários que pais tenham disponibilidade.

A maioria dos pais se mantêm distantes da escola, no que diz respeito ao acompanhamento da trajetória escolar de seus filhos. E parte deles não frequentam as reuniões escolares mesmo sendo dever dos responsáveis pela criança acompanhar o desempenho escolar dela.

É sabido a importância da integração entre família e escola, diante disso pensa-se que projetos poderiam ser desenvolvidos para contribuir nesta aproximação entre as instituições. E a escola tem este papel de promover tal aproximação. Diante disso Amaral e Breda (2013, p. 16663) apontam que “é dever da escola a criação de estratégias para proporcionar a integração entre a família e a escola, assim como tentar buscar uma aproximação com cada família, de informar como cada criança está se saindo na escola.”

A escola necessita promover projetos contínuos e eficazes para efetivação da relação família/escola, pois esta relação deve ocorrer o tempo todo. Além disso, devem procurar formas de diálogo com os pais tanto formal como informal. A família por sua vez também pode montar pautas e levar para escola, questionarem sobre os métodos de ensino, contribuírem na construção de projetos da escola e serem agentes ativos na formação de seus filhos. Mas, para isso, devem apresentar responsabilidade e compromisso com a educação de seu filho, o que tem sido pouco demonstrado.

Ao serem questionadas se os pais costumam participar dos eventos realizados pela escola, todas as pesquisadas responderam que sim. Percebe-se então que os pais são mais participativos em momentos festivos e em eventos que em reuniões de pais. Então as estratégias da escola devem ser revistas.

No que diz respeito às ações promovidas pela escola que fomentem a participação dos pais no âmbito escolar, a professora 1 respondeu que “são realizados projetos, eventos, palestras, entre outros”. A professora 2 diz que “são realizadas reuniões, e grupos de whatsapp das turmas”. A professora 4 respondeu que “são promovidas reuniões escolares, visitas na escola, comparecer aos eventos da escola melhorando a participação na vida escolar do filho”.

Diante disso, é interessante que a escola reflita sobre suas ações e se elas estão sendo eficientes e adequadas para propiciar o aumento da presença dos pais na escola. Caso não estejam novas medidas e ações devem ser tomadas pelos gestores da escola a esse respeito.

A professora 6 respondeu que “a escola possibilita o livre acesso e participação dos responsáveis no âmbito escolar. Nós organizamos durante este ano letivo algumas ações que promoveram a participação e a inclusão dos pais como: a festa do milho, festa junina e reuniões”. Já a professora 7 diz que “a escola promove ações como: a festa do dia das mães, juninas, dia dos pais, do milho, crianças, que são abertas à comunidade escolar”. A coordenadora respondeu que “são ações contidas no PPP da Unidade Escolar como: festa do milho, dia das mães, quadrilha e reuniões de turmas”.

Paro aponta que

Diante de tudo isso, e tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. (PARO, 1998, p. 262).

Foi possível perceber que além dos eventos que a escola promove ações que visam a interação entre pais e escola, levando-os para o ambiente escolar por meio de eventos como: festa do milho, festa junina, dia das mães, dia dos pais, dia das crianças e palestras. São eventos abertos para a comunidade e aproxima a família da escola tendo em vista que grande parte dos pais estão presentes nos eventos. E que buscam sempre manter uma comunicação com os pais por meio de grupos de whatsapp. Para além disso, a escola pode também desenvolver um projeto mais

concreto e significativo para a inclusão familiar. Promover atividades desportivas, palestras, debates com temas relevantes para os pais, atualizar as redes sociais para divulgarem as ações da escola.

Desta forma, entende-se que a escola demonstra que compreende a importância do relacionamento entre pais e escola, porém, ainda é necessário maiores estratégias de inclusão da família, por outro lado a família necessita de maior interesse com a aprendizagem da criança, serem mais frequentes na unidade escolar. Seja acompanhando a criança no dever de casa, participando de momentos importantes na escola como a escolha da gestão, cobrando seus direitos, cumprindo com os seus deveres de cidadãos.

Sobre a questão "você acredita que a participação dos pais na escola pode melhorar o processo de aprendizagem dos filhos?" a maioria dos entrevistados responderam que "sim".

A professora 3 respondeu que "sim, a parceria entre escola e a família contribuem no processo de aprendizagem do estudante. A professora 5 respondeu "com certeza! Pois traz benefícios enormes em termos de disciplina e de socialização. Com esse apoio qualquer crise de aprendizagem será percebida, seus esforços somados, contribui para o aprendizado do seu filho". A professora 6 respondeu que "sim. Pois as crianças que são acompanhadas por seus responsáveis possuem um desenvolvimento mais acelerado. Sem falar na motivação maior que eles têm para aprender, se desenvolver e etc. E a professora 7 respondeu que "sim, é de suma importância participação dos pais, no aprendizado dos filhos no âmbito escolar, acompanhar nas atividades escolares".

Apesar da escola ter consciência que a participação contribui para aprendizagem, ela não está sabendo propor essa aproximação. Tendo em vista que o indivíduo que a escola pretende formar é também participante do núcleo familiar e que esse núcleo necessita acompanhá-lo para seu bom rendimento. As instituições necessitam andar juntas para obter bons resultados.

Apenas a professora 1 respondeu que não acreditava. Pois, segundo ela, "os pais não estão sabendo lidar com seus filhos. A família precisa se capacitar também". Neste sentido, percebe-se que com as mudanças ocorridas durante os anos as relações foram se modificando, a falta de tempo faz com que muitos pais deem presentes como forma de preencher a falta de atenção, cuidado, carinho. Então faz-se importante que os pais se atentem para essas mudanças e modifiquem suas ações

em relação ao processo educativo de seus filhos e assumam novas posturas visando o bem estar de seus filhos.

Sobre a indagação como é o rendimento dos alunos que têm a participação dos pais, quatro responderam que é "ótimo", três responderam "bom" e apenas uma respondeu que seria "regular".

Paro salienta que

A participação da população na escola ganha sentido, assim, na forma de uma postura positiva da instituição com relação aos usuários, em especial aos pais e responsáveis pelos estudantes, oferecendo ocasiões de diálogo, de convivência verdadeiramente humana, em suma, de participação na vida da escola. Levar o aluno a querer aprender implica um acordo tanto com educandos, fazendo-os sujeitos, quando com seus pais, trazendo-os para o convívio da escola, mostrando-lhes quão importante é sua participação e fazendo uma escola pública de acordo com seus interesses de cidadãos. (PARO, 1998, p. 7).

Por conseguinte, percebe-se a necessidade de maior participação dos pais no ambiente escolar, não somente em momentos como as reuniões promovidas pela escola, mas visitarem a escola com o intuito de verificar o desempenho escolar de seu filho. Por outro lado, entende-se a importância de a escola ser mais firme ao buscar a participação dos pais, com o amparo de diversos documentos legais que regem sobre o assunto. Além de apresentar projetos de integração mais concretos e que sejam de conhecimentos de todos os participantes da unidade escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi compreender os processos pedagógicos e as ações de integração família/escola desenvolvidas pela escola, com base numa análise dos instrumentos legais que regem a educação brasileira no âmbito da articulação entre escola e família. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa com caráter exploratório de cunho documental, bibliográfico e de campo para chegarmos à conclusão de quais ações estavam sendo desenvolvidas por uma escola em Miranorte - TO para promover a aproximação da família.

Ao analisar as fontes estudadas, se constatou que a participação da família no ensino escolar é de fundamental importância na vida e no desempenho escolar dos alunos. Mas, se faz necessário que a escola favoreça esta aproximação e que a família tenha consciência de seu papel e o exerça com compromisso.

Desta forma, essa pesquisa se fortaleceu principalmente pela percepção que a escola deve ser um espaço de troca de experiências e deve buscar se mostrar como um espaço educativo, que não se limita apenas aos muros de uma instituição, mas também contribui para o desenvolvimento do aluno juntamente com sua família. Pois, a família e a escola quando unidas possuem uma força potencial e uma capacidade de proporcionar às crianças um conhecimento mais completo, de qualidade e acolhedor.

Dito isto, concluímos na primeira seção que a educação é um processo de ensinar e aprender que perpassa gerações e ocorre nos mais diversos espaços de relações entre indivíduos. Ela está estritamente ligada à política, por isso qualquer mudança de cunho político e econômico no país, interfere no ensino escolar. Sendo a escola nesse processo um lugar de diálogo, de inquietações e de trocas que são feitas por meio das relações sociais.

Como demonstrado foram criadas no decorrer dos anos leis educacionais, como a primeira imposta pelos jesuítas no período colonial, que era voltada para a catequização dos povos indígenas, como forma de os manter sob suas condições, e os prepararem para o trabalho. Até o estabelecimento de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, que foi aprovada em 1996, após o fim da Ditadura Militar, e que temos até a atualidade. Mas, mesmo com muitas mudanças, ainda percebemos que uma educação de qualidade e igualitária não é uma realidade em nosso país.

Já na segunda seção apresentamos o conceito de família que segundo o dicionário “Dicio” é o “Grupo de pessoas que partilham ou que já partilharam a mesma casa, normalmente estas pessoas possuem relações entre si de parentesco, de ancestralidade ou de afetividade”. Por isso, a família permanece sendo considerada o alicerce para educação e desenvolvimento da criança. Sua participação na vida escolar das crianças cria melhores possibilidades de aprendizagem e todos saem ganhando.

Entre os dispositivos legais que apresentamos e que servem para a garantia do direito educacional, e os direitos e deveres da escola e da família, estão: a Constituição Federal; a Lei de Diretrizes e Bases (LDB); o Plano Nacional de Educação (PNE); a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na terceira seção encerramos mostrando o local de realização da pesquisa, os participantes, além dos resultados e discussões. Após o resultado da pesquisa, constatamos que a maioria dos professores consideram importante a participação dos pais na escola, enquanto a maioria dos pais se mantêm distantes da escola, no que diz respeito ao acompanhamento da trajetória escolar de seus filhos, somente participam mais quando tem algum evento.

Destacamos também que são promovidos pela escola projetos, eventos e palestras que fomentem a participação dos pais no âmbito escolar como: a festa do milho; festa junina; festa do dia das mães; reuniões entre outros. Sobre a questão se a participação dos pais na escola pode melhorar o processo de aprendizagem dos filhos, a maioria respondeu que sim. Com isso, concluímos que a família precisa participar mais da vida escolar de seus filhos, não somente quando há eventos, mas principalmente para acompanhar o seu desenvolvimento escolar.

Por último, ressaltamos que para estimular essa relação de extrema importância entre escola e família, é relevante que as instituições de ensino desenvolvam atividades, projetos e programas de educação voltados para a inclusão da família na escola, e que em conjunto possam promover uma educação de maior qualidade.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, Cristiane. **Análise do projeto político pedagógico da E.M.E.I.E.F. Francisco Mendes** – Riação do Poço – PB. Guarabira, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/4795> . Acesso em: 27 jun. 2022
- BITTAR, M.; BITTAR, M. **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade**. Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, 2012.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação** / Carlos Rodrigues Brandão. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 mar. 2022.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.
- Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024** : Linha de Base. – Brasília, DF : Inep, 2015. 404 p. : il.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CODES, Ana *et al.* **Uma leitura do plano nacional de educação (PNE) e uma proposta para seu monitoramento**. Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990
- DURIGAN, A. C., & LEAL, Z. F. de R. G. (2018). A relação entre a família e a escola como elemento para formação humana: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, 3(10), 133–148. <https://doi.org/10.18764/2446-6549.v3n11p133-148>
- FAMÍLIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/familia/>. Acesso em: 27//2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor** : Paulo Freire e a paixão de ensinar . 1. ed. São Paulo : Publisher Brasil, 2007.
- MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**. Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. - 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

PARO, Vitor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 300-307.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**/Maria Luisa Santos Ribeiro. – 21. ed. 1ª reimpressão – Campinas, SP : Autores Associados: Histedbr, 2011.

SANTOS, Émina. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e184961, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação** [livro eletrônico]: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas, SP : Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. [livro eletrônico] / Dermeval Saviani. – Campinas, SP : Autores Associados, 2019
São Paulo: Saraiva, 1996. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA. **Perfil socioeconômico dos municípios do Tocantins**. Palmas, 2013.

SOUZA, Maria Ester do Prado. **Família/escola: a importância dessa relação no desempenho escolar**. Santo Antônio da Platina, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

Questionário

Data: ___/___/___

Educador:

Turma que leciona: _____

Qual sua função na escola?

() professor(a) () coordenador (a)

Você considera importante a participação dos pais na escola?

() Sim () Não

Os pais participam das reuniões de pais?

() Sim () Não

Os pais costumam participar dos eventos realizados pela escola?

() Sim () Não

Tendo em vista que a escola prioriza a gestão democrática e a participação coletiva. Cite as ações promovidas por ela que fomentem a participação dos pais no âmbito escolar.

Você acredita que a participação dos pais na escola pode melhorar o processo de aprendizagem dos filhos?

Como é o rendimento dos alunos que têm a participação dos pais?

() bom () ótimo () regular